

Mafalda Pereira*

Universidade de Vigo, BiFeGa / Universidade do Porto, ILCML

João, António (2025), *A Homossexualidade no Tempo de Salazar*, Lisboa, Edições Colibri. ISBN 9789895664665.

Quinze anos depois da publicação de *Homossexuais no Estado Novo* (2010), da autoria da jornalista São José Almeida, surge *A Homossexualidade no Tempo de Salazar* (2025), de António João. Apoiado sobretudo em entrevistas a pessoas que viveram esse tempo, o livro de 2010, premiado pela rede ex-aequo, oferece um retrato abrangente da vivência da homossexualidade no Estado Novo, focando-se especialmente em casos concretos da elite política, intelectual e artística. Já o recente livro de António João centra a sua reflexão em casos de pessoas comuns, vítimas da medicalização e da criminalização da homossexualidade, no mesmo contexto histórico – apesar de não ir além do tempo de Salazar, tal como o título indica. Resultante da tese de doutoramento do autor, *A criminalização das práticas homossexuais ao tempo do Estado Novo: poderes, saberes e experiência* (2024), acolhida pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, esta investigação procurou deixar de lado os “meios mais elitistas, onde a homossexualidade era vivida de forma mais protegida, e caminhar em direção ao submundo para aí encontrar não-ditos e dizê-los” (52). Dos urinóis, às pensões, e das prisões aos cafés, neste livro, António João estuda o quotidiano das pessoas, que, durante o Estado Novo, foram vítimas do endurecimento das leis que reprimiam as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, já desde a promulgação, pela I República, da lei da mendicidade de 1912, vendo a sua criminalização constar no Código Penal a partir de 1954.

Na introdução a este volume, António João começa por enquadrar a noção de “homossexual/homossexualidade” enquanto categoria histórica, surgida no século XIX. Embora seja um conceito recente, oriundo do discurso médico, não se encontra desprovido de preconceitos que antecedem a sua criação, dado que as práticas homossexuais são um fenómeno transhistórico. Além de procurar localizar as raízes do preconceito associado à homossexualidade na figura do sodomita e na história de Sodoma, neste seu preâmbulo, António João discorre sobre o episódio português dos “Poetas de Sodoma”, reconhecendo nele um significado ambivalente: se, por um lado, o auto-de-fé dirigido aos livros de Judith Teixeira, António Botto e Raúl Leal “ilustra bem aquilo que era um preconceito há muito enraizado”, por outro lado, *Sodoma Divinizada*, de Raúl Leal, constituiria “já um processo de ressubjetivação dum objeto que se queria sujeito”, isto é, um “testemunho de como a aplicação do carimbo pejorativo de Sodoma

nas corporalidades homossexuais deu origem a um processo de revalorização do pejorativo, através da sua desconstrução pelo Outro/a-Homossexual, em processo de devir Eu-Homossexual” (12).

Para o autor, o estudo das várias personalidades que resistiram ao estigma e à opressão dirigida à homossexualidade, no tempo de Salazar, revela-se de extrema importância, uma vez que, a seu ver, a compreensão da prevalência da homofobia, nos nossos dias, depende da análise das construções socioculturais e históricas que se encontram na sua base. Para o autor, o desconhecimento das formas de opressão do passado torna os indivíduos mais vulneráveis à repetição de dinâmicas de dominação. Ao assumir esse posicionamento, o investigador demonstra que a história não se constrói apenas a partir de uma visão circunscrita ao passado, mas também através de uma atenção ao presente e ao futuro. A investigação dessas vidas oprimidas nasce do desejo por um futuro diferente – um futuro que rompa com a lógica patriarcal e heteronormativa, que tem sido responsável por dividir o mundo entre vencedores e vencidos, entre vidas que importa salvar e vidas dispensáveis, entre vidas memoráveis e vidas esquecíveis. Trata-se, assim, de um trabalho orientado por um dever de memória, por uma obrigação moral para com os emudecidos, tal como postulou Primo Levi, tendo em vista a construção de uma nova sensibilidade e de enquadramentos mais justos para olhar a diferença.

Embora adote, por vezes, uma linguagem mais espontânea e informal, este livro possui a estrutura convencional de um trabalho doutoral. Depois de uma breve introdução, António João oferece-nos o Estado da Arte e enuncia a metodologia utilizada. De António Fernando Cascais e Miguel Vale de Almeida – vozes representativas do incontornável volume *Indisciplinar a Teoria: Estudos Gay, Lésbicos e Queer* (2004) – a Susana Pereira Bastos e Ana Maria Brandão, este livro dialoga com diversos estudos sobre a homossexualidade no contexto português que, nos últimos anos, têm contribuído para a formação, consolidação e divulgação de uma historiografia da homossexualidade em Portugal, oferecendo um amplo leque de referências bibliográficas sobre o tema. Além disso, não deixa de recorrer ao aparelho teórico-crítico da filosofia, da teoria social e da teoria queer europeias e norte-americanas, guiando-se pelo pensamento de Foucault, Scott, Sedgwick, Preciado, entre outras vozes.

Inserindo-se na linha das investigações desenvolvidas no âmbito desta temática no contexto do Estado Novo, como as dissertações de Mestrado de Ana Clotilde Correia e de Raquel Afonso, este trabalho utiliza como fonte principal de reflexão a documentação encontrada em três arquivos situados na zona de Lisboa. Através da consulta e análise de registos do Arquivo da Polícia Judiciária, do Arquivo Histórico da Direção Geral dos Serviços Prisionais e do Arquivo Histórico Militar, António João conta as histórias desses corpos que viveram e ficaram à margem, não só por praticarem “atos contra a natureza”, mas também pela sua condição social e económica mais desfavorecida. O método adotado para dar a conhecer estas histórias provém do processo de *storytelling*

desenvolvido pelo sociólogo Ken Plummer. António João segue o pensamento de Walter Benjamin, nas suas *Teses sobre o Conceito de História*, onde o filósofo propõe a necessidade de “ler a contrapelo”. Trata-se de uma abordagem crítica e subversiva de leitura da história, que visa desvelar aquilo que foi silenciado, reprimido ou marginalizado pelas narrativas dominantes, propondo a construção de uma história que inclua os fantasmas, as presenças que foram ocultadas.

António João explica-nos que a homossexualidade, desde cedo, foi associada à inversão dos papéis de género: as mulheres que praticassem atos sexuais com pessoas do mesmo sexo seriam mais masculinas e os homens que praticassem esses mesmo atos seriam mais femininos – daí o epíteto “invertido”. Para contextualizar a ditadura de costumes imposta pelo Estado Novo, António João concentra-se sobretudo no modo como as Instituições Juvenis promoveram a inculcação de valores e de comportamentos assentes em papéis de género bem definidos. Quem expressasse uma incoerência face à norma heterossexual da tríade sexo, género e sexualidade, seria considerado desviante.

Antes de 1936, ano em que, no plano jurídico, a homossexualidade passou a ter estatuto de perigosidade, estando sujeita a medidas preventivas de segurança, a medicina portuguesa já tinha bebido dos discursos estrangeiros que classificavam a prática de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo como uma doença passível de cura. Deste modo, António João dedica um capítulo às práticas de medicalização de indivíduos homossexuais, dos tais “leprosos do sexo”, tal como lhes chamou o médico Luís A. Duarte dos Santos, em 1943.

De seguida, o autor reflete sobre a evolução jurídica no que diz respeito à homossexualidade, passando pelas medidas de segurança aplicadas aos sujeitos homossexuais e pelas suas práticas de resistência. A partir dos processos encontrados válidos para a sua análise, António João traça um perfil sociodemográfico das pessoas detidas por suspeita de prática de “vícios contra a natureza” e narra as suas histórias, dando conta da violência a que estas pessoas estavam sujeitas. Note-se que a maioria dos casos diz respeito a homens, na sua maioria solteiros, “cujos trabalhos eram (são) subalternizados” (89). O autor refere que a discrepância entre casos de mulheres e casos de homens se deve à ideia prevalecente de que a mulher não teria “autonomia sexual, era como se elas dependessem do homem, do seu falo e do seu sêmen para se concretizarem sexualmente” (88).

Além disso, António João dedica um capítulo à vivência da homossexualidade no espaço público e privado. Aí descreve o ambiente de perseguição, denúncia e humilhação vivido por aqueles que subvertiam o que se entendia por masculinidade ou feminilidade. Embora explique que a homossexualidade era vivida através de “linguagens ocultas”, conceito de James C. Scott, o que concedia certa “autonomia aos sujeitos oprimidos que através de um idioma de pequenos sinais incompreensível ao opressor iam resistindo” (64), António João mostra como essas linguagens não protegiam completamente as pessoas. Os urinóis, por exemplo, eram lugares de transgressão, onde imperavam

essas ditas “linguagens ocultas”. No entanto, eram vigiados tanto pelos “arrebenta”, personagens ambíguas da história da homossexualidade em Portugal, como pelos “paisanas”. Quando a detenção acontecia, os indivíduos suspeitos de “atos desonestos” eram expostos a exames médicos e a questionários que o investigador compara a interrogatórios de tortura (185).

Os últimos capítulos dedicam-se às especificidades da vivência da homossexualidade em contexto prisional e posterior libertação (condicional e definitiva) e em contexto militar, respetivamente. No que diz respeito ao ambiente prisional, sublinha-se o caso de Simão, condenado por furto na década de 1940, na Cadeia Penitenciária de Lisboa. Por ter encontrado as cartas que este enviou a um recluso por quem se apaixonara, António João transcreve o testemunho epistolar de Simão, o que permite compreender, na primeira pessoa, o estigma e as adversidades que tinha de ultrapassar, neste tempo, *o amor que não ousava dizer o seu nome*. Note-se ainda que, relativamente aos outros arquivos consultados, é no capítulo sobre o contexto prisional que encontramos mais casos de mulheres, encarceradas à época no Estabelecimento Prisional de Tires.

A Homossexualidade no Tempo de Salazar dá-nos a conhecer as histórias de vida e do corpo de Simão, Orlando, Madalena Mendes, Paulina de Jesus, Eufémia Esperança, entre outros e outras. Vidas que, sem este tipo de investigações, ficariam esquecidas e perdidas nos arquivos históricos, que, tal como o investigador denuncia, nem sempre preservam da melhor maneira os registos que possuem, descartando, muitas vezes, processos que até à data não possuem suficiente valor simbólico e cultural para ocuparem o seu devido espaço nas instituições da memória. Assim, este livro constitui um trabalho de relevo que nos mostra que é o esforço persistente das Ciências Sociais e das Humanidades – mesmo com o contínuo desinvestimento a que têm sido sujeitas em Portugal – que possibilita a concretização da justiça epistémica, formulada por Miranda Fricker (2007): o compromisso em reconhecer e combater as formas de injustiça que impedem determinados grupos de serem ouvidos e valorizados como agentes de saber.

O livro de António João abre espaço também para outras perguntas. Dado que os processos analisados se concentram na zona da capital, que semelhanças e diferenças da vivência quotidiana da homossexualidade se encontrariam caso se fizesse um estudo comparativo entre Lisboa e zonas do país mais periféricas? E que informações adicionais trariam entrevistas às pessoas visadas pelos processos estudados? Caso ainda estivessem vivas, o que teriam a dizer depois de todos estes anos? Ainda que o livro inclua, em anexo, entrevistas a figuras como António Serzedelo e Cruzeiro Seixas, bastante elucidativas do modo como a homossexualidade era vivida e “tratada” (no caso do fundador da Opus Gay), durante o período em questão; que novas perspetivas sobre a vivência da homossexualidade neste período poderiam trazer testemunhos de pessoas que viveram em contextos sociais mais desfavorecidos? Talvez experiências e formas de resistência que possam ter escapado aos registos oficiais produzidos pelos próprios agentes da repressão.

Inverter a vergonha historicamente associada à homossexualidade continua a ser um desafio nos dias de hoje. A ascensão de regimes repressivos tem vindo a comprometer, em diversos países, direitos fundamentais que sustentam o respeito pela diferença. Em alguns casos, assiste-se mesmo a tentativas deliberadas de reimportar a vergonha a quem escapa à heteronormatividade, através da retórica do medo, da censura e da criminalização. É por isso que obras como *A Homossexualidade no Tempo de Salazar* são tão importantes: lembram que a verdadeira vergonha reside na violência e na opressão sistematicamente dirigidas a determinados corpos e identidades. Afinal, como diria Ana Luísa Amaral, “Vergonha é consentir. (...) Vergonha é não amar” (2013: 78-79).

NOTA

* Mafalda Pereira é investigadora pré-doutoral em Estudos Literários na Universidade de Vigo, com um contrato financiado pela Xunta de Galicia e pela União Europeia (2024-2028). Encontra-se a desenvolver um projeto de doutoramento sobre a poesia de Ana Luísa Amaral em regime de cotutela com a Universidade do Porto. Licenciou-se em Estudos Portugueses pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes – Ramo de Estudos Comparatistas e Relações Interculturais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É membro do grupo de investigação BiFeGa e do grupo Intersexualidades do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILCML). É investigadora integrada da I Cátedra Internacional José Saramago.

Esta recensão foi escrita no âmbito do Programa de axudas á etapa predoutoral da Xunta de Galicia (Consellería de Educación, Ciencia, Universidades e Formación Profesional) cofinanciado pola Unión Europea no marco do Programa FSE+ Galicia 2021-2027 e no âmbito da investigación desenvolvida no Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Unidade I&D financiada por fondos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Bibliografia

Amaral, Ana Luísa (2013), *Ara*, Lisboa, Sextante.
Fricker, Miranda (2007), *Epistemic Injustice. Power and the Ethics of Knowing*, Oxford, Oxford University Press.